

Página 13



■ Nº 133 ■ JULHO/2014

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO



Dilma

PRESIDENTA



Direita na ofensiva

Gustavo Codas
página 3



A resistência indígena

Egydio Schwade
páginas 18 e 19



Conferência da Juventude

página 20

Não teve hexa. Mas teve Copa!

Sem poder falar do futuro que pretendem construir e sem poder falar do seu próprio passado - quando implementaram no Brasil o programa neoliberal - o que resta para a oposição de direita é criticar “tudo isto que está aí”, combinando a denúncia de problemas (reais ou não), a manipulação midiática e a sabotagem ativa, para criar um ambiente de crise, deterioração e caos.

Por isto o oligopólio da mídia anda tão crítico quanto à realidade brasileira. Por isto falaram que “não vai ter Copa”, por isto torceram abertamente para que ocorresse algum desastre que prejudicasse a competição, por isto tentaram (ainda que sem sucesso) “capitalizar” os xingamentos à presidenta no jogo de abertura, por isto comemoraram a eliminação da seleção brasileira, por isso (e não por razões futebolísticas) direcionaram suas simpatias à Alemanha na final.

O objetivo do oligopólio da mídia era e segue claro: reforçar o ambiente negativo do qual se nutrem as candidaturas da oposição de direita.

Deste ponto de vista, não tiveram êxito: não teve hexa, mas teve Copa, que segundo muitos especialistas, dentro e fora do Brasil, foi das melhores realizadas até hoje. Por isto, embora já exista gente cobrando o atraso nas obras das Olimpíadas (!!!), este flanco está defendido, ainda que se faça necessário um balanço do conjunto da obra, pois a condução das obras, as concessões à Fifa, o estado da CBF, o desempenho do time e “principalmente” a composição social predominante nos estádios merecerá muita reflexão e principalmente medidas concretas.

Para além da Copa, a questão para o governo e para o PT não está apenas na defesa (geralmente mal conduzida), mas no ataque. Como demonstram vários textos desta edição de Página 13, a linha geral da campanha não está à altura do objetivo de reeleger Dilma em condições dela realizar um segundo mandato superior ao primeiro.

E por falar em reação à altura: *Página 13* se soma a todos os que repudiam os ataques do governo de Israel contra a população palestina residente na Faixa de Gaza.

Para este ataque, o pretexto foi o assassinato de três jovens israelenses. Não fosse este, seria outro. Pois o que está em jogo é inviabilizar o Estado, roubar o território e exterminar a população da Palestina.

Como sempre ocorre, há quem critique o ataque de Israel contra Gaza como “desproporcional”. Não sabemos se esta palavra foi usada a respeito de Guernica, Lídice e Varsóvia. De nossa parte, preferimos falar outra coisa: assassinato deliberado contra civis é crime de guerra. Nisso, o modus operandi do governo de Israel é similar ao dos nazistas. E quem não denuncia isto age de maneira similar aos colaboracionistas. ★

Os editores

Página 13 se soma a todos os que repudiam os ataques do governo de Israel contra a população palestina residente na Faixa de Gaza.



EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)

Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

Uma nova conjuntura latino-americana?

Gustavo Codas*

Hugo Chávez abriu, com sua vitória na eleição presidencial de 1998, um novo período histórico-político na América Latina. Que não era um episódio nacional, mas um ciclo regional, que ficou claro a partir da eleição do Lula em 2002. Forças progressistas chegaram ao governo pela via eleitoral em um grande número de países e por um período prolongado, como nunca antes visto na América Latina.

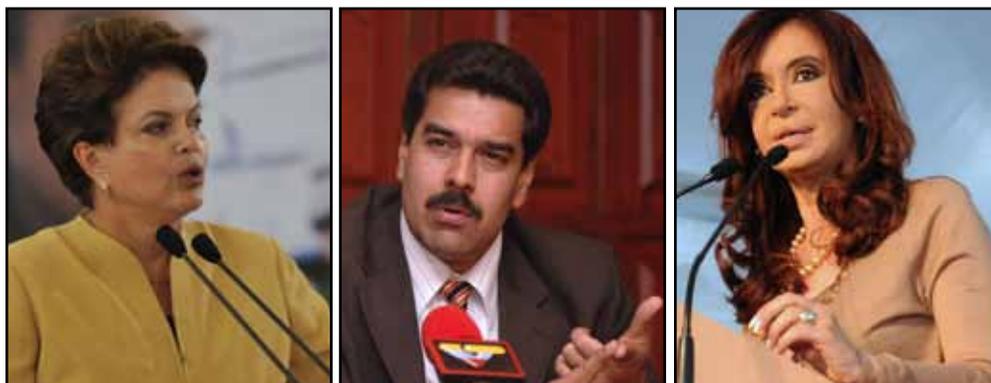
A morte de Chávez em 2013 parece coincidir com novidades dentro daquele período histórico. Em esse contexto novo vemos uma tentativa de retomada da ofensiva das forças conservadoras.

Os governos de Venezuela (Chávez), Argentina (Kirchner) e Brasil (Lula) foram decisivos para bloquear o principal projeto imperialista na região, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), na Cúpula de governantes do hemisfério, reunida em 2005.

Estes três países, governados por sucessores apoiados por aqueles presidentes sofrem, hoje, enormes pressões do capital internacional sobre suas economias e também das forças da direita que atuam e operam promovendo o desgaste político dos governantes na opinião pública interna.

A Venezuela é hoje o país que sofre os mais fortes ataques. O presidente Maduro ganhou por estreita margem sobre Capriles, candidato da direita, na eleição presidencial convocada poucas semanas após o falecimento do presidente Chávez, no início de 2013. Contra todas as evidências da lisura do processo, Capriles tentou deslegitimar a vitória chavista, mas sem grande capacidade de mobilização.

Porém, o cenário mudou a partir de que setores empresariais aproveitaram os desequilíbrios da taxa de câmbio para lançar o país no rumo do aumento da inflação, especulação com a moeda, contrabando, escassez de produtos etc., ao tempo que o governo enfrentava dificuldades de pagamento de compromissos externos.



Os governos progressistas e de esquerda sob fogo cerrado

Deu-se início a um roteiro de “guerra econômica”, similar ao que já tínhamos visto no Chile de Allende em 1972-1973, impulsionado em ambos casos pelos governos dos EUA e setores empresariais internos.

Foi então que extremistas da oposição venezuelana chamaram à derrubada do presidente Maduro “nas ruas”, buscando fazer convergir o descontentamento social pelos problemas econômicos com suas intenções políticas golpistas. Foram várias semanas de “guarimbas” (manifestações violentas).

O presidente Maduro enfrentou com firmeza a situação e conseguiu derrotar a ofensiva conservadora. Impulsionou medidas econômicas emergenciais para conter a especulação. Enfrentou a direita separando os setores descontentes sociais dos extremistas, que finalmente ficaram isolados em suas “guarimbas” com barricadas, mas sem povo.

Mas a direita conseguiu deflagrar a “guerra econômica” porque o país atravessava há algum tempo desequilíbrios econômicos cada vez mais graves. Tendo vencido na batalha política, Maduro precisa vencer aquela guerra, o que só será possível corrigindo os desequilíbrios.

Em meados de junho passado Maduro destituiu o principal ministro da área econômica, Jorge Giordani. Ele foi o principal formulador das políticas de controle de câmbio e de capitais, estatizações de empresas etc., que foram a marca da gestão Chávez, sobretudo depois do golpe de estado de 2002. Destituído, Giordani lançou uma longa carta pública em que questiona

o rumo tomado pelo governo e a liderança do presidente Maduro.

Escrevemos este texto antes da realização do 3º Congresso do PSUV (de 26 a 28 de julho), momento em que a direção chavista vai cobrar unidade e disciplina para enfrentar a conjuntura sob a liderança de Maduro. Não há – até onde se saiba – uma oposição interna importante. Porém, a agenda de medidas econômicas corretivas certamente terá dificuldades políticas de implementação.

O que mostra o caso venezuelano – e com similitudes e diferenças os casos argentino e brasileiro – são as dificuldades de ter políticas de retirada de grandes contingentes da pobreza, de distribuição mais equitativa da renda e de fortalecimento da atuação do estado sobre o mercado, em um contexto de capitalismo globalizado com forte dominação do capital financeiro internacional.

Essas dificuldades ocorrem no momento em que os beneficiários das políticas progressistas alimentam expectativas de novas conquistas sociais e já não guardam memória do que era cada país antes do ciclo progressista.

Em cada país o desafio tem cores próprias. O comum é que já não basta repetir as fórmulas que permitiram lançar e projetar o ciclo nos seus primeiros quinze anos. ★

*Gustavo Codas, doutorando em Energia na UFABC, é paraguaio, jornalista, economista e mestre em relações internacionais pela Unicamp



Presidenta Dilma e ministros durante balanço geral da Copa 2014 no Centro Integrado de Comando e Controle Nacional

Copa, eleições e mudanças

Wladimir Pomar*

Não é a primeira vez na história brasileira que setores sociais e políticos torcem contra a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo, por acharem que tal vitória contribuiria para fortalecer o governo. Durante os anos 1970, setores da pequena-burguesia e da ultraesquerda adotaram essa postura na esperança de que a derrota da seleção canarinho enfraquecesse a ditadura militar. Agora, setores da burguesia e da pequena-burguesia, representados pela direita e ultraesquerda políticas, aparentemente por razões opostas, também torceram, às vezes abertamente, pela derrota brasileira, na esperança de selar o destino da candidatura Dilma.

Isso não passa de desvio de conduta. Confunde a alegria do povo com sua propensão política. Um desvio exacerbado porque esses setores alimentaram os noticiários, nos últimos anos, com a ideia de um grande fracasso na preparação e na organização da Copa no Brasil. A derrota da seleção seria, então, uma consequência natural, mesmo que ninguém torcesse contra. As manifestações de junho de 2013 e as posteriores, de certo modo, reforçaram tal suposição e levaram aqueles setores a elevarem seu tom. Previram, para junho de 2014, grandes manifestações com os lemas de *Não Há Estádios Nem Acessos Prontos*,

Não Vai Ter Copa, e Queremos Saúde e Escolas Padrão Fifa.

Paralelamente, esses setores intensificaram os ataques às políticas econômica e social do governo. Centraram fogo na *linha estatizante* de Dilma. Disseminaram, com a ajuda do FMI e de publicações estrangeiras, a existência de um *descrédito internacional* do governo brasileiro. Elevaram os casos de *corrupção* no PT e no governo a casos únicos e peças chaves da propaganda diária. Culparam a *ineficiência do Estado* pela demora no atendimento das demandas populares. Associaram as políticas de transferência de renda à geração de *vagabundos e desclassificados*. Satanizaram os empregos e os salários como causas da inflação e da queda do crescimento econômico. E responsabilizaram uma suposta tibieza do governo pelos quebra-quebras.

Passaram à ofensiva contra o PT e o governo. Massivamente, pelo flanco direito. Secundariamente, pelo flanco ultraesquerdista. Apesar disso, o PT e o governo não analisaram o rearranjo no interior da burguesia e da pequena-burguesia para essa ofensiva. Acreditaram que os trabalhadores e as massas populares beneficiadas por mais empregos, mais salários, mais bolsas, mais escolas, mais casas, mais médicos, e mais mais, não seriam contaminados pelos ataques, calúnias e boatos disseminados através do Partido da Mídia. E não respon-

deram à altura. Mantiveram-se numa defensiva platônica, embora tivessem fatos e argumentos abundantes para contrapor-se. Suas derrotas na comunicação, na disputa da opinião pública, têm sido acachapantes.

Nessas condições, parcelas do povão, contaminadas pelos ataques, calúnias e boatos, e sem uma resposta contundente do PT e do governo, foram neutralizadas, ou passaram para a oposição. O que levou parte da esquerda e do centro político a serem arrastados para fora da aliança com o PT, tendo em vista as eleições presidenciais de 2014. Por outro lado, e apesar disso, o sucesso na organização e na preparação da Copa das Confederações e, agora, da própria Copa do Mundo, acirrou os ânimos nos setores à direita e também ultraesquerdistas. Da mesma forma que parcelas do PT e do governo, a maior parte dessa direita e dessa ultraesquerda acredita que o sucesso da Copa e da seleção seriam capazes de superar os problemas e dar a vitória a Dilma. Assim, enquanto parte do PT e do governo continuava achando desnecessário responder politicamente à ofensiva da direita, esta avoluma seus ataques, calúnias e boatos.

Bem vistas as coisas, temos uma situação bizarra. Avaliando a situação um pouco mais profundamente do que as marolas da Copa, o PT e o governo não foram capazes de redirecionar o desenvolvimento econômico e social nem mesmo para um mode-

lo socialdemocrata, menos excludente e menos gerador de pobreza e desigualdade. Apesar da melhoria da capacidade de consumo de grande parte dos trabalhadores assalariados e dos camponeses pobres, o modelo em pauta continua sendo o velho modelo capitalista oligopolizado por corporações que determinam preços, taxas de rentabilidade, juros e câmbio.

Não se pode negar que o PT e governo tentaram introduzir mudanças que afetassem esse domínio. Porém, para evitar qualquer mudança, mesmo democrático-burguesa, o conjunto da burguesia se armou de argumentos ideológicos e políticos, porque sua maioria é associada aos monopólios. As manifestações populares de junho de 2013, que exigiram maior intervenção do Estado para resolver os problemas mais graves da sociedade brasileira atual, acenderam o sinal vermelho no seio dessa classe que domina a economia e a sociedade. E, como classe, ela decidiu que é o momento de dar um basta à experiência petista, pouco se importando que a falta de mudanças democráticas e populares coloque em risco as melhorias econômicas e sociais dos últimos onze anos.

Nessas condições, independentemente dos resultados da Copa, os novos desafios resultantes do ressurgimento da luta de classes no Brasil exigem uma estratégia de combate, que se comprometa com as reformas e mudanças estruturais demandadas pelas ruas. Em termos teóricos e práticos, embora tardiamente, o PT terá que fazer um acerto de contas com a devastação neoliberal, em especial do período FHC. E reconhecer criticamente que poderia ter feito mais se não houvesse conciliado em demasia com os aliados de centro e também de direita, e recuado sem explicações de uma série de medidas mudancistas.

As eleições de 2006 e 2010 ocorreram no contexto de paz social e de oposição entre um amplo arco de alianças em torno do PT e uma direita reacionária. Mas as eleições de 2014 ocorrerão num ambiente diferente. A paz social se esfumou. A luta de massas emergiu com força, mesmo de forma pouco organizada, dispersa e com bandeiras ainda difusas. E, muitas vezes, comandada por uma mistura de direitistas e ultrasquerdistas. Apesar disso, essa nova luta de classes engloba setores da pequena-burguesia proprietária, da classe dos trabalhadores assalariados, e dos excluídos, ralé, ou subproletários.

Conforme mostra a experiência histórica, a raiva e a decepção da massa em luta não arrefecerão enquanto suas manifestações não forem respeitadas e suas reivindicações básicas atendidas. Mais cedo ou mais tarde, essas lutas dispersas tendem a retornar ainda com mais força, sob a influência política seja da esquerda, seja da direita. É justamente a perspectiva desse retorno das grandes massas populares que se torna, consciente ou inconscientemente, o centro da disputa ideológica e política nos próximos anos, com peso considerável nas eleições de 2014.

Numa situação como essa, é inconsistente supor que a estratégia de conciliação e de implementação de políticas progressistas sem reformas estruturais possa repetir o sucesso de 2006 e 2010. Reformas estruturais, mesmo de conteúdo burguês, confrontam o domínio das corporações estrangeiras e nacionais sobre a economia. Industrializar o país significa realizar uma atração de investimentos sob condições, e democratizar a propriedade industrial, comercial, agrícola, dos serviços, da mídia e do solo. Implantar a progressividade nos impostos significa retirar um grande naco dos lucros atualmente auferidos por todas as frações da burguesia. Reduzir as jornadas de trabalho é o mesmo que diminuir a taxa de mais-valia, ou a taxa de exploração

extraída dos trabalhadores, base do lucro capitalista. Algo em nada diferente se os salários continuarem sendo aumentados.

Não há forma de universalizar e melhorar os serviços públicos de transportes, saúde e educação se eles continuarem serviços privados, visando proporcionar lucros aos capitalistas concessionários e a ramos industriais oligopolistas como o automobilístico. A burguesia pode perder muito de sua influência sobre o parlamento se o financiamento privado das campanhas eleitorais for proibido. E a corrupção pode ser drasticamente reduzida se forem instituídos mecanismos democráticos de controle social sobre os aparatos do Estado, a exemplo dos conselhos populares.

Nessas condições, para disputar com sucesso a influência ideológica e política sobre as grandes massas populares, que parecem haver acordado de sua longa letargia, a esquerda, em especial o PT, que se encontra na chefia do governo, precisará colocar em prática, de forma clara e insofismável, desde já, uma estratégia de implementação de projetos executivos de atendimento das reivindicações prioritárias de mobilidade, saúde, saneamento e educação públicas, baratos e eficientes.

Mudanças estruturais desse tipo colocam o PT e o governo diante da necessidade de realizar mudanças estruturais

ANÚNCIO



Já está em circulação a segunda edição da

**REVISTA
ESQUERDA
PETISTA**

Publicação da editora

Página 13

Adquira o seu exemplar através do:
www.pagina13.org.br

Fotos: Roberto Stuckert Filho/PR



Participando de eventos de organização do mundial, inaugurando estádios e obras de infraestrutura, reunida com atletas do Bom Senso Futebol Clube, falando à Nação e torcendo pela seleção: Dilma se fez presente em todos os momentos da preparação do mundial, nos bons e nos difíceis

também em seu interior. O governo precisa dar, desde logo, sinais fortes de desburocratização. E o PT, que nasceu como partido de militância e de combate, lhe permitindo conquistar postos importantes nos governos federal, estaduais e municipais, precisa superar a transformação perniciosa que sofreu por debilidades teóricas e por falta de quadros na proporção adequada. Isto é, precisa reverter a situação em que seus núcleos e diretórios de base, que davam sustentação ao partido, e permitiam sua permanente ligação com as bases sociais trabalhadoras e excluídas, foram substituídos por uma federação feudal de mandatos parlamentares.

Um PT predominantemente de mandatos parlamentares, mesmo havendo indicado Dilma candidata à presidência, e aprovado *Mais Mudanças e Transforma-*

ções, terá enorme dificuldade para levar essas decisões para as ruas, fábricas, favelas, bairros, comunidades, escolas, universidades e outras áreas onde vive e trabalha a grande massa do povo brasileiro. Mesmo porque, como em 2006 e 2010, nas eleições de 2014 será extremamente necessário o comprometimento de Lula. Mas, ao contrário daquelas eleições, tal comprometimento não será suficiente. Em tais condições, a militância petista terá que se lançar, com gana e ao mesmo tempo, tanto na luta de classes, quanto na disputa eleitoral.

Só um PT renovado e militante terá condições de estabelecer as alianças estratégicas necessárias para fazer reformas estruturais. Isto é, alianças com os setores sociais e políticos que concordem com tais

reformas, sejam partidos, sejam setores de partidos e setores sociais. E só um PT renovado e militante terá condições de estabelecer alianças táticas com setores partidários e sociais secundários, desde que não se confrontem com as reformas ou mudanças estruturais exigidas.

Assim, por um lado, torcemos pela seleção brasileira na Copa. E, passada a Copa, torcemos para que o PT e o governo sejam capazes de realizar as mudanças internas que lhes permitam enfrentar os desafios da disputa de 2014. Mesmo porque, a derrota nessa disputa representará um severo retrocesso para o país, para o povo brasileiro e para a esquerda em geral. ★

*Wladimir Pomar é colaborador da Fundação Perseu Abramo

A oportunidade da participação

Marcel Farah*

Um tema disputou espaço com a Copa no noticiário: a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Lançada no dia 23 de maio pela presidenta Dilma, a política despertou a ira de alguns setores e um intenso debate na mídia e no Congresso Nacional.

O Decreto 8243/2014, que institui a PNPS, entende que democracia pressupõe participação permanente, fiscalização constante e monitoramento da sociedade sobre o Estado. Muito além do ato de votar a cada dois anos.

Como a maioria dos mecanismos de participação (conselhos, conferências, comissões, ouvidorias) já existem, o decreto os organiza em um sistema nacional de participação, para integrar as instâncias e respectivas políticas.

Se considerarmos somente umas das nove instâncias indicadas no decreto, as conferências nacionais, podemos verificar que de 1941 a 2013 foram realizadas 138, das quais 97 entre 2003 e 2013. Participação social faz parte do repertório do “modo petista de governar”, ou do projeto democrático popular.

Contudo, se recuperamos um pouco deste histórico de conferências pré 2003 veremos que de 1941 a 2003 foram realizadas 42, das quais 20 ocorreram durante os governos FHC, o que comprova que esta política também foi (ao menos em tese) realizada por partidos que hoje se colocam contra a PNPS.

Apesar de intensificada desde 2003, a participação social não é muito conhecida pela população. E é sobre este desconhecimento que foram construídas as críticas.

Poucos fatos, muitos palpites

Os argumentos contra a PNPS revelam que se trata de uma questão mais política do que de técnica. Acusam-na de tomar as competências do Congresso Nacional, perpetuar o governo para além do mandato atual, mudar o regime democrático por decreto e até de tática de cooptação dos movimentos sociais.

Em primeiro lugar a escolha por um decreto presidencial e não um projeto de lei

ocorreu porque decreto não cria estrutura, órgão ou conselho, sendo seu objeto, única e exclusivamente a organização e articulação das instâncias e mecanismos já existentes, segundo o Governo Federal.

Não há como falar em mudança de regime, pois se nada é criado, o legislativo continua com as mesmas atribuições.

Em segundo lugar o Legislativo utiliza-se dos mecanismos de participação para estar mais sintonizado com as demandas da sociedade. Conforme pesquisas da professora Thamy Pogrebinski da UERJ, de 2003 a 2010, 1477 projetos de leis, 125 leis ordinárias e 6 emendas constitucionais convergem totalmente com as deliberações de conferências. Sendo que estas medidas foram propostas tanto pelos partidos do governo quanto da oposição.

A pesquisa também diz que 60% das iniciativas que divergiam das deliberações das conferências tiveram origem na base governista e apenas 40% originam-se de parlamentares da oposição. Cai por terra a acusação de perpetuação do projeto do atual governo, se a base do mesmo é quem mais tem iniciativas divergentes das medidas propostas pelos mecanismos de participação.

Na mesma linha de raciocínio, não há como defender a tese de que haja cooptação de movimentos sociais pelo governo.

Em terceiro lugar, o Decreto 8243 não torna as instâncias de participação deliberativas, ou seja, estas instâncias são apenas consultivas e assim continuaram após o Decreto. Portanto, mais uma vez não há alteração das competências e atribuições do legislativo.

Reação maior que esperada

Os setores que defendem a participação social são unânimes em dizer que a reação foi maior que o esperado. Se por um lado vivemos a antecipação de um período eleitoral em que os ânimos exaltados podem ser explicados pela proximidade da disputa das urnas, por outro percebe-se a atuação de um setor assumidamente de direita e militante.

Entre as várias manifestações críticas ao decreto percebe-se a defesa de uma con-



Para a direita brasileira, todo conselho é um *soviet*

cepção restrita de democracia, resumida ao processo eleitoral; e também um receio enorme a que movimentos sociais sejam considerados parte da sociedade civil.

A reação capitaneada pela mídia incentivou a proposição de três decretos legislativos na Câmara (DEM, PPS e PSDB) e um no Senado (PSDB) para revogação do decreto presidencial. Além de matérias nas redes de televisão e atualização diária de notícias na internet desde a publicação.

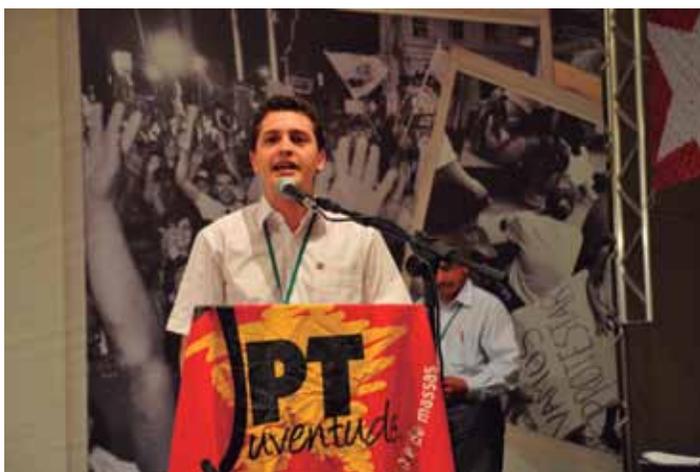
Isso, contudo, não é ruim. Mesmo intensificando a participação social nos últimos anos o Governo Federal sempre foi muito tímido em propagandeá-la. Não se mostrou que haviam tantas conferências, que mais de 10 milhões de pessoas já participaram destes processos, que temos 40 conselhos nacionais de políticas públicas etc. A ponto de podermos dizer que nunca se falou tanto de participação social como nos dias de hoje.

Temos pela frente uma grande oportunidade de diferenciação do campo democrático popular de outros setores conservadores. Esta oportunidade deve contaminar nossas campanhas eleitorais, deve dialogar com a iniciativa do plebiscito constituinte e mostrar quem efetivamente está do lado do povo, do popular e por outro lado, quem é contra a participação social. ★

*Marcel Farah é militante do PT de Goiás

Centralidade no Plebiscito e na Constituinte

Bruno Elias, Secretário Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais do PT, fala do Plebiscito Constituinte, da Secretaria que ele dirige e da situação geral do Partido dos Trabalhadores



Que contribuição o PT está dando para a realização do Plebiscito da Constituinte?

O PT participa desde o início da campanha, na organização dos comitês populares, dos cursos de formação e nas ações de rua pela Constituinte e pela Reforma Política.

A Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT (SNMP) também tem participado das reuniões da coordenação nacional do plebiscito popular e estimulado os diretórios estaduais, municipais e candidaturas eleitorais do partido a mobilizarem a militância, pautando o plebiscito nas manifestações populares, nas eleições e organizando os comitês locais para a coleta de milhões de votos entre os dias 1º e 7 de setembro.

Qual a diferença que existe entre a campanha do Plebiscito da Constituinte e a proposta da Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, em que participam entidades como a OAB e a CNBB?

A campanha do plebiscito popular tem como principal ponto de unidade a convocação de uma constituinte que seja capaz de desbloquear a realização

de mudanças estruturais no sistema político brasileiro. A partir desta bandeira unitária, o plebiscito amplia o trabalho de base e a mobilização popular pelos temas centrais da reforma política, como o fim do financiamento privado, a ampliação da representação dos trabalhadores e dos setores populares na política e o alargamento dos canais de democracia direta e participação social.

A proposta da coalizão, por sua vez, consiste num projeto de lei de iniciativa popular que não contempla a proposta de constituinte, mas inclui mudanças no sistema eleitoral, como eleições de parlamentares em dois turnos (primeiro na lista partidária, depois no candidato), proibição do financiamento empresarial de campanha e ampliação das possibilidades de convocação de plebiscito, referendo e iniciativa popular. Várias entidades e movimentos sociais constroem ambas as campanhas.

Vale lembrar que o PT também impulsiona um projeto de iniciativa popular que contempla pontos fundamentais da reforma política, como a constituinte, o financiamento público exclusivo de campanhas, o voto em lista partidária pré-ordenada e a ampliação da participação das mulheres na política. O fundamental é construir um diálogo amplo entre todas essas iniciativas, com centralidade

de na realização do plebiscito até setembro e unidade popular em torno da proposta de uma constituinte para a reforma política.

Quais as posições de mérito do PT acerca da reforma política?

O PT tem defendido, ao longo dos anos, um conjunto de medidas de democratização do Estado e reforma do sistema político, como o financiamento público exclusivo de campanha; o voto em lista partidária pré-ordenada; a ampliação significativa das candidaturas de mulheres, a simplificação das formalidades para proposição de iniciativas populares legislativas, referendos e plebiscitos para decidir questões de grande alcance nacional; a correção das distorções do pacto federativo na representação parlamentar; a revisão do papel do Senado; a fidelidade partidária e o fim das coligações em eleições proporcionais, entre outras.

Para dar consequência a estas propostas e diante da resistência da maioria do Congresso Nacional em realizar uma reforma política de caráter popular, o PT também tem defendido desde o seu 3º Congresso (2007), a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva sobre a reforma política, motivo pelo qual o PT apoia o plebiscito popular a ser realizado em setembro.

Aproveitando a Convenção que lançou Dilma, a SNMP fez uma reunião dos setoriais. O que a reunião decidiu?

A SNMP convidou para a reunião as coordenações dos setoriais vinculados à secretaria e as secretarias estaduais de movimentos populares do partido. A reunião debateu a organização dos setoriais para as eleições, a prioridade do plebiscito da Constituinte e da Lei da Mídia Democrática e a relação do PT com os movimentos sociais nos estados.

A reunião é parte de um diagnóstico mais amplo que a SNMP está realizando, da organização do trabalho partidário junto aos movimentos sociais e aos setoriais. Os encaminhamentos da reunião apontam para a necessidade de ampla mobilização da militância petistas nas eleições e nas lutas sociais do período e de reforço do compromisso das direções partidárias com o funcionamento dos setoriais, conforme apontou o 4º Congresso do PT.

A luz do que foi debatido nesta reunião dos setoriais, mas também à luz destes muitos meses como secretário, como você avalia a relação entre o PT e os movimentos sociais?

A militância do PT está amplamente engajada nas lutas sociais e nos movimentos populares de todo o país. No entanto, essa relação construída na prática e na organização militante dos petistas tem encontrado dificuldade em se expressar nos fóruns do partido e na atuação geral do PT.

O esforço da SNMP é exatamente o de fortalecer esses vínculos orgânicos do partido com os movimentos sociais e criar espaços de construção de uma política de partido para a atuação da militância do PT nas lutas de massas e organização popular. Para tanto, é fundamental o envolvimento das direções partidárias nas campanhas do movimento social, o fortalecimento dos setoriais do partido, a existência de uma política de nucleação e organização de base dos petistas e a realização de governos democráticos que tenham na participação popular um eixo estratégico de sua atuação.

A gente ouve muita reclamação sobre o funcionamento da executiva e do diretório nacional. Na tua opinião, como está a coisa?

As instâncias nacionais do PT refletem as dificuldades gerais de um partido de forte base popular, mas com um funcionamento profundamente determinado pela agenda eleitoral-institucional.

Nesse cenário, as instâncias partidárias têm sido incapazes de se tornar um espaço de debate estratégico sobre os desafios colocados num momento tão decisivo para o Brasil, para a esquerda e para o futuro do PT.

Cabe ao partido, participar ativamente do debate ideológico e ter iniciativa política para construir uma organização militante e de massas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Um partido que tenha uma política organizativa, de comunicação e financiamento correspondente a de um partido de trabalhadores que luta pelo socialismo e se propõe a realizar um programa de reformas democráticas e populares no Brasil. ★

ASSINE O JORNAL
Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
() R\$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)
() R\$ 200,00

() Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Em nome de: Rubens Alves da Silva

Um dos braços da estratégia



Em entrevista ao Página 13, a vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo, Iole Ilíada, afirma que quanto mais o PT enfrentar o debate sobre a estratégia, mais claro e eficiente será o papel da FPA no projeto político do PT. Ela também adianta as definições do mais recente planejamento da Fundação e faz uma avaliação dos fóruns realizados em várias regiões para debater o País

Página 13: Fala-se muito que o PT precisa retomar o debate estratégico, ter mais presença na vida cultural do país, ter maior relação com a intelectualidade. Isto não é papel da Fundação?

Iole Ilíada: Tomada em seu conjunto, esta tarefa a rigor é do PT. Aliás, este é o papel histórico dos partidos, e aquilo que justifica sua existência: definir uma estratégia de disputa do poder na sociedade, organizar os setores sociais que pretende representar e ganhar hegemonia cultural para suas posições. Nesse sentido, articular-se com a intelectualidade é apenas uma das faces do problema. A outra é esta a que você se referiu – enraizar-se na vida cultural do país. E só o partido possui a capilaridade e a legitimidade política para isso.

Claro que a FPA, nesse contexto, deve ser vista como um braço da estratégia política mais geral, contribuindo para a mobilização do pensamento de esquerda e para a formulação e disputa de ideias. Mas sem estar articulada com a política mais geral do PT, essa produção terá caráter meramente diletante. Já nos ensinou aquele famoso alemão barbudo que não basta interpretar o mundo; é preciso transformá-lo. Eis porque esse conhecimento precisa estar conectado com as ações políticas nos

governos, nos parlamentos, nos movimentos sociais. E eis porque, então, em última instância cabe ao PT a condução desse processo.

Esse é um problema-chave para o Partido, que cada vez parece ficar mais claro a amplos setores de sua militância, e que não pode ser terceirizado para a FPA. Por outro lado, quanto mais o PT enfrentar o debate sobre a estratégia, mais claro e eficiente será o papel que a FPA, assim como cada uma das partes constituintes do Partido, poderá jogar em nosso projeto político.

A Fundação Perseu Abramo realizou, no final de junho, o planejamento de suas atividades. Quais as principais decisões?

O Plano de Trabalho da Fundação é anual, e sempre o aprovamos nas reuniões do Conselho Curador. O que fizemos agora foi basicamente: 1) um balanço semestral de nossas ações; 2) a organização de nosso trabalho para a segunda parte do ano de 2014; 3) o debate sobre nossos desafios e os rumos que esta gestão ainda pretende imprimir à FPA. Nesse sentido, além de dar sequência ao trabalho que vimos realizando até o momento, eu chamaria a atenção para duas decisões que tomamos.

A primeira é a de incrementar a produção de análises e a sistematização de dados sobre as políticas públicas no Brasil, em seus vários âmbitos federativos, sempre buscando projetar os impactos dessas informações em nossas perspectivas e desafios para o futuro.

A segunda é a de ampliar nossas ações na área da cooperação internacional – obviamente, de maneira articulada com a SRI do PT. Isso implica aumentar nossos recursos humanos e financeiros nesta área e nosso número de colaboradores, dotando a Fundação das condições necessárias para executar aquilo que se convencionou chamar de “política proativa”. Congruente com o objetivo de uma inserção soberana e ativa do Brasil no mundo, a FPA deverá instensificar sua contribuição, no que diz respeito aos centros de reflexão e formulação política, com a integração latino-americana, as articulações Sul-Sul e o diálogo da esquerda internacional.

Vocês fizeram um balanço dos fóruns promovidos pela FPA? Qual tua avaliação pessoal?

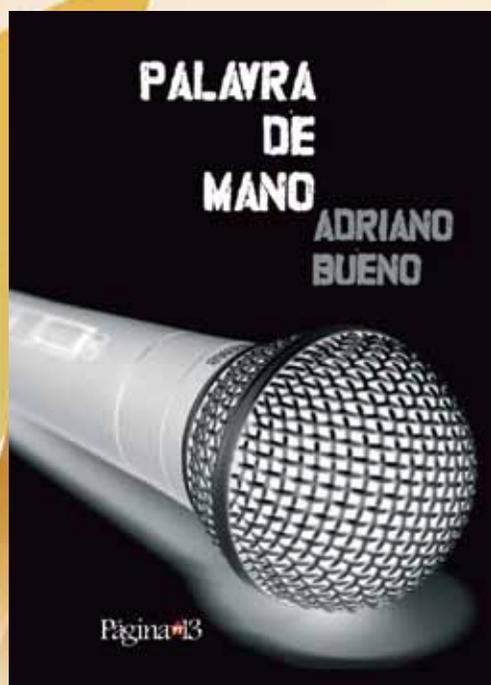
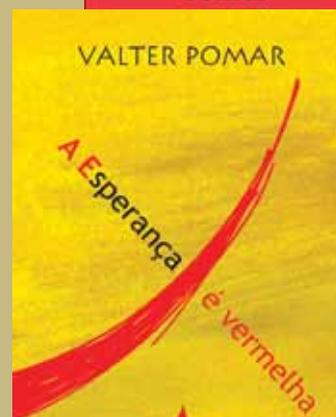
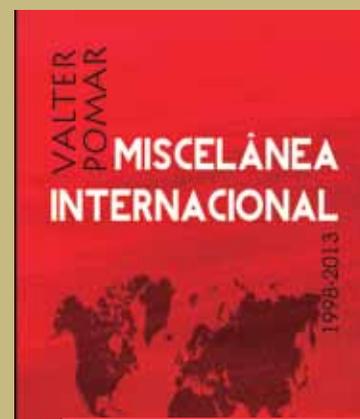
O balanço que a diretoria fez dos fóruns foi bastante positivo, uma vez que eles atingiram os objetivos para os quais

foram propostos, a saber: o de levar a FPA para as distintas regiões do país, realizando atividades descentralizadas; e o de fomentar o debate sobre o Brasil, seus problemas, perspectivas e futuro, a partir do conjunto de estudos realizados pela Fundação, que resultaram na publicação dos livros das coleções *Projetos para o Brasil*, *Estudos sobre os Estados* e *O que saber*.

Estima-se que tenhamos falado para mais de 5.000 pessoas, se contarmos o número de pessoas presentes e aqueles que nos acompanharam à distância, através da transmissão ao vivo pela TV FPA. Impressionou a todos a qualidade dos debates realizados e a capacidade crítica e autocrítica da militância do Partido, valor que deveria ser sempre cultivado entre nós, porque necessário para manter o PT como partido transformador.

Na minha avaliação pessoal, essa atividade, que foi construída em articu-

lação com os diretórios estaduais do PT, mostrou o potencial que o Partido teria se tomasse como uma de suas tarefas prioritárias o debate estratégico e programático, reunindo, mobilizando e articulando os militantes e dirigentes partidários, os membros dos governos e parlamentos, os ativistas sociais, a juventude e a intelectualidade de esquerda em torno da construção de um projeto para o país e das bases estratégicas para a implementação desse projeto. Eleições se ganham também com ideias; e sem elas, não há governo que possa prosperar. Mas sem construir apoio social para tais ideias, tampouco é possível convertê-las em ação. Os fóruns serviram, nesse sentido, para mostrar que não só este movimento é possível e necessário, como grande parte daqueles que se organizam em torno do PT e apoiam nossos governos anseia por isso e está disposto a contribuir nessa direção. ★



A compra destes livros pode ser feita na www.pagina13.org.br

Confira as novas publicações da editora Página 13

Ainda dá tempo?

Rodrigo Cesar*

Em 2014 os eleitores e eleitoras escolherão representantes nos poderes executivo e legislativo em nível estadual e federal. De todas as disputas em curso, a eleição para a Presidência da República é, certamente, a mais importante.

Como disse a Direção Nacional da Articulação de Esquerda em fevereiro deste ano: “As eleições presidenciais de 2014 constituem o *centro da tática*. Isto significa que a batalha em torno de quem ocupará a presidência da República no período 2015-2018 está no centro das preocupações e movimentações de todas as classes sociais e frações de classe, de todos os movimentos sociais e populares, de todos os meios de comunicação, governantes, parlamentares e partidos políticos. Como vem ocorrendo desde 1989, as eleições presidenciais cristalizam o *estado da arte* da luta de classes no Brasil”.

Entretanto, é sabido que parte do resultado das eleições presidenciais depende do modo como se desenrola as campanhas nas diferentes unidades da federação. Assim, as definições sobre lançamento de candidaturas aos governos estaduais não levam em conta apenas as disputas e correlações de força locais, mas também o fortalecimento das candidaturas presidenciais e das respectivas alianças.

Com este entendimento, o 14º Encontro Nacional do PT, realizado no início de maio, aprovou resolução afirmando que a campanha eleitoral nacional seria conduzida de modo articulado “com as campanhas estaduais, imprimindo ao conjunto a tática, a política de alianças e as diretrizes de programa de governo” debatidas e aprovadas nos fóruns partidários.

Para o PT, as eleições 2014 são um conjunto que se articula em torno de seu objetivo central: “dar continuidade ao projeto nacional de desenvolvimento sustentável”, que “se concretiza, agora, com a reeleição da presidenta Dilma”. Este objetivo “organiza nossa participação nas eleições estaduais, bem como a política de alianças”.

Como levar a cabo esta complexa articulação entre as partes para que o todo sirva ao objetivo central?

Continuidade e mudança

O 14º Encontro Nacional PT enfatizou a *continuidade* do projeto iniciado com a eleição de Lula em 2002, mas também a noção de que além da vitória eleitoral, é preciso criar as condições para que Dilma faça um segundo mandato superior ao primeiro, ou seja, com mais avanços, com o aprofundamento das transformações. Enfim, com *mais mudanças, mais futuro*.

Aparentemente, o conjunto do Partido compreendeu que taticamente, falar simplesmente na continuidade do projeto em andamento não seria suficiente para obter dividendos eleitorais. Mais que isso, compreendeu que na atual conjuntura a continuidade deste projeto, a possibilidade de “continuar mudando” o Brasil, exige a realização de mudanças ainda não levadas a cabo, como a reforma política, a democratização dos meios de comunicação, a reforma tributária, a reforma agrária e a reforma urbana.

Não por acaso, o PT tem defendido enfaticamente a realização de uma constituinte exclusiva da reforma política, envolvendo-se na coleta de assinaturas para o seu projeto de lei de iniciativa popular e na campanha do Plebiscito Popular pela Constituinte do sistema político. Igualmente, tem defendido a democratização dos meios de comunicação e apoiado a Lei da Mídia Democrática.

Mas em que medida estes e outros pontos do programa se articulam com seu conjunto ou, mais especificamente, com as eleições estaduais e suas políticas de alianças?

Candidaturas petistas

Entre as 27 unidades da federação, o PT tem candidatura própria para o governo estadual em 17, o que inclui todos os estados das regiões sul, sudeste e centro-oeste. No nordeste serão três candidaturas petistas, assim como na região norte.

Entre as 17 candidaturas, quatro buscarão manter os governos estaduais com o PT – Tarso Genro (RS), Agnelo Queiroz (DF), Rui Costa (BA) e Tião Viana (AC) – e três tentarão retomar estados já gover-

nados pelo PT – Roberto Carlos (ES), Delcídio Amaral (MS) e Wellington Dias (PI).

As outras dez tentarão conquistar vitórias em estados nunca governados pelo PT: Cláudio Vignatti (SC), Gleisi Hoffman (PR), Alexandre Padilha (SP), Fernando Pimentel (MG), Lindberg Farias (RJ), Antônio Gomide (GO), Lúdio Cabral (MT), Camilo Santana (CE), Padre Ton (RO) e Ângela Portela (RR).

Uma série de circunstâncias levou o PT a esta quantidade expressiva de candidaturas próprias, entre elas a necessidade de fortalecer o partido, as campanhas das candidaturas proporcionais do PT e a campanha presidencial de Dilma.

Nos casos de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Goiás, por exemplo, concorreremos contra candidaturas tanto de partidos da base do governo federal como da oposição. Já o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul são exemplos de disputas em que os principais concorrentes do PT são de partidos que estão na base do governo. Por outro lado, nas disputas em Minas Gerais e na Bahia as candidaturas expressam as forças políticas que se confrontarão nacionalmente: PSDB/DEM, PSB e PT.

Candidaturas de outros partidos

Os 10 estados em que o PT apoia candidaturas de outros partidos encontram-se nas regiões norte e nordeste, sendo o PMDB o partido mais apoiado, com seis candidaturas: AM, TO, PA, MA, AL e SE. Os demais partidos apoiados pelo PT são o PSB, o PSD e o PTB, respectivamente no Amapá, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A Paraíba é um caso à parte. No início da tarde do dia 5 de julho, a chapa encabeçada por Ricardo Coutinho (PSB) inscreveu coligação incluindo o PT. Horas depois, a chapa encabeçada por Vital do Rego Filho (PMDB) fez o mesmo. Isso porque houve divergência entre as seções estadual e nacional do PT: enquanto a Executiva Estadual do PT-PB decidiu pelo apoio ao PSB de Ricardo Coutinho, a Comissão Executiva Nacional (CEN) determinou que o Partido se coligasse com o PMDB de Vital do Rego.

PT NAS ELEIÇÕES 2014 - DISPUTA NOS ESTADOS

	UF	Governador/vice:
SUL	RS	Tarso Genro (PT) / Abgail Pereira (PCdoB)
	SC	Cláudio Vignatti (PT) / Thiago Morastoni (PT)
	PR	Gleisi Hoffman (PT) / Haroldo Ferreira (PDT)
SUDESTE	SP	Alexandre Padilha (PT) / Nivaldo Santana (PCdoB)
	RJ	Lindberg Farias (PT) / Roberto Rocco (PV)
	MG	Fernando Pimentel (PT) / Antônio Andrade (PMDB)
CENTRO-OESTE	ES	Roberto Carlos (PT) / Célia Maria Vilela Tavares (PT)
	MS	Delcídio Amaral (PT) / Londres Machado (PR)
	GO	Antônio Gomide (PT) / Tayrone Di Martino (PT)
	DF	Agnelo Queirós (PT) / Tadeu Filipelli (PMDB)
	MT	Lúdio Cabral (PT) / Teté Bezerra (PMDB)
NORTE	RR	Angela Portela (PT) / Alexandre Henklain (PDT)
	AC	Tião Viana (PT) / Nazareth Labert (PT)
	AM	Eduardo Braga (PMDB) / Rebecca Garcia (PP)
	RO	Padre Ton (PT) / Fatinha Ferreira (PT)
	TO	Marcelo Miranda (PMDB) / Marcelo Lélis (PV)
	AP	Camilo Capiberibe (PSB) / Carlos Rinaldo Martins (PSOL)
	PA	Helder Barbalho (PMDB) / Lira Maia (DEM)
NORDESTE	PI	Wellington Dias (PT) / Margarete Coelho (PP)
	MA	Edison Lobão Filho (PMDB) / Arnaldo Melo (PMDB)
	CE	Camilo Santana (PT) / Izolda Cela (PROS)
	RN	Robinson Farias (PSD) / Fábio Dantas (PCdoB)
	PB	Ricardo Coutinho (PSB) / Lígia Feliciano (PDT)
	PE	Armando Monteiro (PTB) / Paulo Rubem (PDT)
	AL	Renam Filho (PMDB) / Luciano Barbosa (PMDB)
	SE	Jackson Barreto (PMDB) / Belivaldo Chagas (PSB)
BA	Rui Costa (PT) / João Leão (PP)	

Vale registrar que o DEM consta nas coligações majoritária e proporcional que apoiam Ricardo Coutinho (PSB) para governador. Ademais, entre os defensores desta aliança, há quem queira atrair democratas e tucanos para o palanque de Dilma no estado. Ingenuidade, degeneração ideológica ou ambos?

Também houve intervenção da CEN no Amazonas, determinando que Francisco Praciano abrisse mão de sua candidatura ao senado para não obstruir a candidatura de Marcelo Serafim (PSB). Em ambos os casos, as intervenções foram feitas diretamente nos respectivos Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com o registro de pedidos de anulação das inscrições – da coligação com o PSB na Paraíba, e da candidatura petista ao senado no Amazonas – e estavam sub judice até o fechamento desta edição.

Para além do método questionável de recorrer à justiça para resolver divergências internas – a mesma justiça que abre mão da lei para poder nos massacra sem piedade –

a CEN deveria refletir se no mérito tais decisões ajudam o PT a cumprir com o objetivo de eleger Dilma em condições de fazer um segundo mandato superior ao primeiro.

Contradições

Faz algum sentido uma política de alianças que permite ao PT apoiar uma chapa no Amapá que tem como candidato a governador Camilo Capiberibe (PSB) e como vice Carlos Rinaldo Martins (PSOL), e ao mesmo tempo no Pará apoiar Helder Barbalho (PMDB) a governador e Lira Maia (DEM) como seu vice?

Faz algum sentido que no Rio Grande do Sul lancemos Olívio Dutra como candidato ao senado ao mesmo tempo em que o PT no Tocantins indica o suplente de Katia Abreu (PMDB)?

Faz algum sentido o PT no Rio de Janeiro se desvencilhar do PMDB de Sérgio Cabral, Pezão e Eduardo Paes e finalmente lançar candidatura própria ao governo do

estado, enquanto no Maranhão mantém-se refém da oligarquia Sarney?

Esse tipo de alianças com setores da direita, a timidez diante dos inimigos e a moderação programática, se em outros momentos pode ter gerado votos, vem mostrado que além de trazer forte desgaste político como efeito colateral, já tem se demonstrado ineficaz até mesmo do ponto de vista eleitoral.

Emblemático neste sentido foi o movimento de Paulo Maluf (PP) que, depois de ser recebido de braços abertos pelo PT em São Paulo, abandonou a aliança para apoiar Paulo Skaf (PMDB).

A radicalização da direita e a ofensiva do grande capital não dão margem para manter uma tática que entra em contradição com a defesa dos interesses que Dilma deve representar.

Entretanto, no PT ainda prevalece o raciocínio no qual os avanços políticos estratégicos se reduzem a sucessivos avanços táticos eleitorais. Logo, nesta visão, trata-se de evitar as derrotas eleitorais táticas, pois elas implicariam em derrotas estratégicas mais profundas. Contudo, ao esquematizar os avanços estratégicos como mera sucessão de vitórias táticas, inverte-se a equação e acaba-se submetendo a estratégia aos movimentos táticos.

Imagina-se que a busca da vitória na batalha fundamental, que é a reeleição de Dilma, permite qualquer negócio, sem perceber que muitos deles atrapalham o cumprimento daquele objetivo ao invés de ajudá-lo.

Por iniciativa de setores da própria burguesia, o PT tem sido não apenas preterido como reiteradamente atacado por quem antes nos tolerava. Ao mesmo tempo, o atendimento de demandas básicas de imensas parcelas da população por meio do consumo gerou ainda mais pressão pela solução de problemas que só virão a termo com as reformas estruturais que universalizem direitos.

Por isso, é cada vez mais perceptível para amplas parcelas do petismo que a atual política (que alguns chamam de lulismo) atingiu seus limites, exigindo uma estratégia política e uma tática eleitoral que nos permitam entrar em uma nova fase de transformações no país.

Entretanto, o contraditório quadro das eleições estaduais demonstra que o PT ainda não extraiu as devidas consequências deste novo momento histórico. Quando o fizer, poderá ser tarde demais. Mas ainda dá tempo.★

*Rodrigo Cesar é militante do PT

Prós e contras da tática do improviso

Rafael Tomyama*

Camilo Santana, filiado ao PT, é o candidato a governador da coligação de mais de vinte partidos, inclusive o PROS, legenda em que se encontra abrigado o governador Cid e seus irmãos Ciro e Ivo Gomes, além de dezenas de parlamentares e prefeitos por todo o estado do Ceará.

Apesar do aparente potencial eleitoral dessa coligação, a escolha de Camilo revela a fragilidade dos nomes colocados pelo próprio PROS para o enfrentamento da postulação do atual senador e ex-aliado Eunício Oliveira, do PMDB, dentre outros candidatos.

Demonstra também, mais uma vez, o traço autoritário da oligarquia no poder: a escolha final cabe exclusivamente ao cacique político dono da situação, cujo dedo aponta ora para um, ora pra outro, sem nenhuma discussão ou ideologia, visando atender exclusivamente seus próprios interesses e de sua parentada.

Camilo é do PT Cidista. Ou seja, da turma que beija mão do governador. Sua candidatura é contestada no PT, porque, mesmo sendo petista, não foi escolhido num processo democrático de discussão e votação interna.

Trombadas

No debate interno no PT, a pretensão da maioria mirou na candidatura de Guimarães ao Senado e recebeu, em troca de sua dedicada subserviência, a rasteira do governador manobrista.

Além disso, apesar da maioria no diretório petista afirmar que a prioridade é fortalecer reeleição da Dilma, o PT Ceará não fez o menor esforço para manter o PMDB na coligação com o PROS, delegando a responsabilidade ao PT Nacional. Isso empurrou o PMDB cearense para compor com o PSDB e PR, que são oposição no estado, criando mais um problema para a campanha nacional, dentre outros que se verificam nos palanques pelo Brasil afora.

Os últimos momentos antes das convenções partidárias trouxeram uma reviravolta no cenário político estadual, quase tão tensa quanto as eliminatórias da Copa do Mundo. O lançamento de uma candidatura petista ao governo do Ceará conseguiu desagradar a gregos e troianos. Será que ela vai conseguir forjar a unidade necessária para vencer a disputa e governar?



Camilo também tem que se equilibrar nas contradições da ampla coligação ao seu redor, envolvendo agremiações e figuras públicas de oposição ao governo ou entre si. Tal situação ficou evidente, por exemplo, na primeira atividade de campanha em Fortaleza: a presença do prefeito Roberto Cláudio (PROS) causou desconforto na militância petista da capital.

Surfistas e corruptos

Os Ferreira Gomes são costumazes frequentadores da relação de amor e ódio petista. Enquanto trocavam de partido como de camisa - passaram pelo PMDB, PSDB, PPS, PSB e agora PROS - depois de mais de uma década coligado com o PT em Sobral, na região norte do Ceará, a aliança se deu na eleição estadual em 2006.

Naquela época, a onda vermelha conduziria Lula ao segundo mandato, e na eleição anterior, o candidato José Airton do PT quase havia derrotado os tucanos. Os Gomes então consideraram estratégica a aliança com a estrela e contaram com o apoio da então prefeita de Fortaleza Luizianne Lins (PT), que indicou o vice-

-governador petista da aliança com Cid na cabeça da chapa.

Depois das eleições subsequentes de apoios mútuos, a relação se desfez na última eleição municipal em 2012, em que, sob o olhar beneplácito da justiça eleitoral, a oligarquia comprou votos, intimidou e roubou descaradamente a eleição do PT em Fortaleza, partido que Ciro Gomes diz ser “o mais corrupto da história”.

Rubro

Camilo obteve mais de 131 mil votos na eleição passada, sendo o deputado estadual do PT mais votado. Ele é servidor público e de origem da região sul do estado, tendo concorrido a prefeito de Barbalha, no Cariri cearense. Filho de Eudoro Santana, o pai compunha a “ala histórica” do PSB, que se opôs ao ingresso dos Gomes para parasitar a sigla, no final da década de 1990. Com a entrada deles, acompanhou uma das levas de insatisfeitos e veio para o PT junto com Camilo. Na campanha eleitoral passada, Eudoro se desfilou novamente, desta vez para apoiar e compor o secretariado de Roberto Cláudio, o prefeito marionete dos Gomes.

A candidatura de Camilo surgiu de improviso e desagradou um conjunto de interesses em jogo, mas, ao fim e ao cabo, ele é quem foi “nomeado” para representar a chapa do PT. Venceu a tática da falta de tática. Mesmo mantendo uma avaliação crítica das contradições do processo e do resultado, não faria sentido sabotar uma frente de resistência ao retrocesso oposicionista, aliado da mídia empresarial golpista e bancado pelo agronegócio e pelo grande capital transnacional.

Além de avermelhar a campanha - na placa do palanque da convenção conjunta com o PROS, o número 13 do candidato ao lado do seu nome, estava inexplicavelmente amarelo! - Camilo tem os desafios de unir a militância com esse objetivo e apresentar um programa em sintonia com as lutas sociais e com os avanços nas reformas estruturais que o Brasil precisa. E, principalmente, no quadro estadual, superar dialeticamente as práticas retrógradas e patrimonialistas de governos e governantes.

Não vai ser nada fácil. ★

***Rafael Tomyama** é membro do Diretório Estadual do PT-CE

ENTRE TAPAS E BEIJOS

Quem demonstra não ter gostado nem um pouco da manobra do governador Cid Gomes para ungir Camilo (PT) candidato a governador:

Guimarães: O irmão do Genoíno, atual deputado federal pelo PT-CE, forçou a mão mas teve que desistir do plano de candidatura ao Senado, dizendo estar realizando um “sacrifício em nome do bem maior” do PT. A sua tendência (CNB) é majoritária e, além de responsável por empurrar o PMDB para o palanque do Aécio (PSDB), é culpada pelo insucesso da tática de submissão incondicional aos Gomes. Mas houve candidato proporcional até respirando aliviado no final.

Luizianne: A “Lôra”, tida como nome forte para disputa com Eunício (PMDB), teve seu direito de concorrer numa prévia como candidata a governadora alijado pelos Gomes e seus aliados internos no PT. Sem conseguir capitanear o processo político, sua corrente, a DS, desta vez engrossa o coro do descontentamento com a indicação do candidato petista que não foi escolhido pelo PT.

Inácio: O atual senador do PCdoB queria apoio para reeleição de seu mandato, mas acabou barrado, primeiro pela pretensão de Guimarães (PT) e por fim por definição do governador Cid, que deixou o comunista de fora da chapa majoritária e indicou o atual deputado estadual Mauro Filho (PROS) para a disputa da vaga no Senado. O partido divulgou nota em que informa que o parlamentar desistiu de concorrer.

PROS: As “bases” da legenda do governador dá sinais que está bastante incomodada em ter que votar no 13 para o governo. De certa forma, Cid teve que tomar uma decisão incômoda, diante: do rompimento com Eunício, da dúvida sobre a competitividade de seus designados e da insistência do PT cearense em Guimarães no Senado. Depois de semanas de espera, a escolha não recaiu sobre nenhum dos postulantes cotados e o desânimo se abateu sobre Lônidas, Zezinho e Domingos Filho, mesmo que recebam “compensações”. Os demais: Isolda é a candidata a vice e Mauro Filho é candidato ao Senado. A baixa motivação nas “bases” do PROS pode criar uma dificuldade adicional, numa campanha que já promete ser duríssima.

VOTE NA ESQUERDA PETISTA



A tendência petista **Articulação de Esquerda** no Ceará apresenta a candidatura de **DEODATO RAMALHO** a deputado federal pelo PT, com o número **1321**.

Mesmo diante do cenário político conturbado e da esdrúxula lei eleitoral brasileira, a candidatura de Deodato visa contribuir com a qualificação da democracia e do parlamento e com as reformas estruturais que o país necessita.

Deodato é advogado e vereador do PT em Fortaleza. Ele foi bancário e gestor na prefeitura da capital. Sua história de vida está vinculada às lutas por cidadania, direitos humanos e meio ambiente.

Uma das dobradas é com Guilherme Sampaio, do grupo Casa Vermelha, candidato a deputado estadual do PT Ceará. Guilherme é educador e exerce o terceiro mandato consecutivo como vereador do PT em Fortaleza, tendo desenvolvido sua atuação e projetos com foco principal nas áreas de educação e cultura. Ele é candidato pela primeira vez ao parlamento estadual com o número 13234.

Os dois são mais do mesmo

Marcelo Martins*

No Pará, o governador tucano Simão Jatene vê desaparecer seu poder e apoios. A “magia do poder” esvai-se por entre aliados que se vão, táticas desastrosas e a alta desaprovação do seu governo (em dezembro de 2013 ocupava o 4º lugar em desaprovação, segundo pesquisa do CNI/IBOPE).

Isso resulta da aplicação do “modo tucano de governar”: estado mínimo, baixo investimento em políticas sociais, sucateamento dos serviços públicos como saúde, educação e segurança etc.

Jatene e seu governo padeceram ainda dos efeitos do enorme desgaste causado pelo plebiscito sobre a divisão do Pará e a criação de dois novos estados: Carajás e Tapajós, ainda em 2011. Afinal, a postura do governador, de inicialmente manter neutralidade, foi rompida com seu engajamento na vitoriosa campanha pelo voto no “NÃO à divisão”, assim eliminando as chances dos “carajaenses e tapajônicos” possuírem um estado. Os rancores e mágoas creditados à influência do mandatário no resultado final do plebiscito sobreviveram ao pleito.

Outro fator desestabilizador da campanha dos tucanos foi a disputa interna pelos rumos do PSDB, entre Jatene e o senador tucano Mário Couto (candidato à reeleição), que ameaçou “bater chapa” (e outras coisas) com o governador, caso não fosse ungido por ele e seu governo como prioridade nestas eleições. Apesar da pacificação circunstancial entre os dois, os problemas permanecem com a proliferação de mais três candidaturas ao Senado da coligação do governador.

PMDB, PT e DEM

A maioria que controla a direção do Partido dos Trabalhadores no Pará optou por um acordo, estabelecido na surdina ainda em 2013, através de seus representantes: Beto Faro (AS), Paulo Rocha (UL) e Zé Geraldo (CNP), e membros da direção nacional do CNB (Construindo um Novo Brasil), com o senador Jader Barbalho, para eleger seu filho e herdeiro político (Hélder) governador do estado do Pará.

Segundo apuramos com dirigentes de dois desses grupos, o PT receberia em troca “30% num futuro governo Hélder”, que possui como candidato a vice-governador, o deputado federal Lira Maia (do Democratas), além de receber apoio à eleição do ex-deputado Paulo Rocha/PT ao senado.

Essa escolha é justificada em grande medida pela capitulação a compreensão da direita e da mídia conservadora, que toma por “um desastre”, “uma tragédia”, a experiência do Partido no comando do governo do Pará entre 2007-2010, donde surge a conclusão de que por essa razão não teríamos condições de concorrer novamente ao governo, com chances eleitorais. O que explica a antecipação da decisão independente da análise da conjuntura eleitoral e mudanças favoráveis ao Partido em 2014.

Essas eleições 2014, portanto, se darão em torno de duas candidaturas de viés conservador: por um lado o atual governador Simão Jatene na coligação “juntos com o povo” (PSDB, PSD, PSB, PP, SD, PRB, PSC, PTB, PPS, PEN, PMN, PTC, PSDC, PT do B e PRP) e por outro lado Hélder Barbalho “todos pelo Pará” (PMDB, PT, DEM, PR, PDT, PROS, PHS, PC do B, PSL, PPL e PTN). Nenhuma expectativa de transformação política, social e econômica, Jatene ou Hélder são mais do mesmo.

Ao desistir da candidatura própria para disputar as eleições ao governo do Pará e optar por aliar-se ao PMDB de Hélder Barbalho e ao DEM de Lira Maia, o PT não só contraria a decisão do 4º Congresso do PT (Resolução sobre Tática e Política de Alianças), mas abre mão de se colocar como uma alternativa transformadora de esquerda aos paraenses.

Os efeitos que esse giro à direita operado pela maioria na direção terá nos petistas (militantes e filiados), simpatizantes e no eleitorado petista em breve será conhecido em sua amplitude, mas desde já é possível prever que o PT terminará de 2014 menor, mais dividido e menos influente na sociedade do que iniciou este ano.

A Articulação de Esquerda do Pará publicou nota em que se posiciona publicamente sobre os rumos eleitorais do Partido (ver: <http://artesquerda.blogspot.com.br/2014/07/nota-da-articulacao-de-esquerda-do-para.html>), onde reafirma o seu compromisso prioritário com a reeleição da companheira Dilma Rousseff (13), com a eleição de Cláudio Puty (dep. Federal 1310) e Regina Barata (dep. Estadual 13.611). ★

***Marcelo Martins** é historiador e membro da Direção Estadual da Articulação de Esquerda/Pará



Paulo Rocha senador, com DEM na chapa

RN: muitos desafios, boas perspectivas

Gilderlei Soares*

Em 2014 o Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte tem pela frente o desafio de eleger pela primeira vez uma senadora de esquerda no Estado, manter sua vaga na Câmara Federal e ampliar sua presença na Assembleia Legislativa.

O PT inicialmente formaria coligação com o PSD e PCdoB, tendo Robinson Faria (PSD) candidato ao Governo, Fábio Dantas (PCdoB) candidato a vice-governador e Fátima Bezerra (PT) Candidata ao Senado. De última hora, através de articulações nacionais, houve a entrada do PP na coligação. Entrada que teve a posição contrária da Articulação de Esquerda na reunião da Executiva Estadual que deliberou sobre o fato. Votamos contrário porque apesar do PP ser da base aliada do Governo Dilma, aqui no estado compõem a base de apoio do governo de Rosalba Ciarlini, sendo seu presidente estadual, o deputado federal Betinho Rosado, um dos representantes da bancada ruralista no Estado.

Do outro lado, estará um bloco encabeçado pelo PMDB que terá Henrique Eduardo Alves candidato ao Governo e a ex-governadora Vilma de Faria (PSB) candidata ao senado.

Apesar de ser um partido da base aliada da Presidenta Dilma, o PMDB desde o início trabalhou com o objetivo de isolar o PT, enfraquecer o palanque de Dilma no estado e montar um “bloco” que possibilitasse a eleição de seu candidato ao governo por “W.O”.

Dentro deste bloco estão, além do PMDB e PSB, o DEM, PSDB, PROS, PR, PV, PTB, PDT, PSC, PMN, PHS, PPS, SDD e outros partidos pequenos. A incoerência do palanque começa pelo fato de que os partidos que o compõem tem ou apoiam diferentes candidatos à Presidência da República. O verdadeiro e de fato único palanque de Dilma no Estado será da coligação integrada pelo PT.

A atual governadora Rosalba Ciarlini, com alto índice de desaprovação do seu



A maior chance de eleger uma senadora

governo, teve legenda negada pelo DEM para sua candidatura à reeleição. O DEM é liderado pelo senador José Agripino. Para garantir apoio ao candidato do PMDB e garantir a reeleição de seu filho, o deputado Felipe Maia, Agripino causou um racha histórico no DEM.

Com a saída da candidata do DEM da disputa, a eleição estadual fica polarizada pelos dois blocos citados. A derrota do bloco liderado pelo PMDB no atual contexto significa a derrota de um modelo de fazer política que ver a gestão do Estado como um balcão de negócios, onde todos os interesses das oligarquias que sempre governaram o Estado são acomodadas.

A deputada Fátima Bezerra chega para a disputa do senado com amplo apelo popular que poderá lhe possibilitar a eleição. Dois mandatos de deputada estadual e três de federal com forte atuação principalmente em temas como Educação construíram o caminho para a disputa do Senado. A eleição da companheira Fátima Bezerra será a prioridade da militância do PT no Rio Grande do Norte, assim como a reeleição de Dilma.

Para as disputas proporcionais a Articulação de Esquerda apresenta a candidatura de Valmir Alves pra Deputado Federal e Bernardo Fonseca pra Estadual.

Valmir Alves foi Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Mossoró e Região-SECOM. Dirigente da CUT – Central Única dos Trabalhadores do RN. Presidente do PT de Mossoró e membro da Direção Estadual do partido. Coordenou o Programa PIMC

– Um Milhão de Cisternas da ASA – Articulação do Semiárido. Exerceu a função de Diretor Administrativo do Hospital Regional Tarcísio Maia e recentemente se desincompatibilizou do cargo de Superintendente Regional do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A campanha do companheiro Valmir Alves terá destaque para as lutas pela Reforma Agrária e a Agricultura Familiar pelo forte vínculo desenvolvido na gestão do INCRA com essa base política e social. Assim como a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Também terá como forte a defesa das políticas públicas e programas sociais dos Governos Lula e Dilma, mas apontando que será necessário avançar mais, pois o povo brasileiro merece um segundo mandato da Presidenta Dilma superior ao primeiro.

Bernardo Fonseca, candidato a deputado estadual, é membro a executiva estadual do PT, ocupando a pasta de Secretário de Movimentos Populares. É oficial de justiça, no judiciário potiguar. Ocupa o cargo de Coordenador Geral do Sindicato dos servidores do Judiciário do RN - SISJERN, estando no momento licenciado em função da disputa eleitoral. Juventude, educação, meio-ambiente, saúde, esporte, mundo do trabalho e segurança são as principais áreas da plataforma política da candidatura de Bernardo. ★

*Gilderlei Soares é membro da Direção Estadual da Articulação de Esquerda

Contra a crematística

Egydio Schwade*

Este texto repassa os “últimos acontecimentos” da luta indígena versus a política indigenista do governo

A luta dos Munduruku e Kayabi contra a Hidrelétrica de São Manoel no rio Teles Pires que inundará diversas aldeias desses índios.

A homologação da Terra Indígena de Rio dos Índios, no rio Grande do Sul, atrasada em mais de 10 anos, junto com o reassentamento, por parte do INCRA, dos pequenos agricultores atingidos com a medida e também vítimas de colonização ilegal por parte do governo gaúcho.

Em Humaitá, Sul do Amazonas, na Transamazônica, os índios Tenharim e Djahui, sofrem discriminação, agressões ao seu território da parte de fazendeiros e madeireiros e prisões por motivo de acusações de caráter coletivo e não comprovadas. E a Polícia Federal age reforçando preconceitos da população e a pressão dos fazendeiros, madeireiros e mineradoras contra esses povos e seus territórios, enquanto suas ações se direcionam contra supostos crimes dos índios e não contra as verdadeiras causas do conflito.

A situação de extrema gravidade dos índios Guarani no Mato Grosso do Sul vem sendo protelada e nada se faz para restabelecer a justiça. Ao contrário, por exemplo, a comunidade Jata Yvary de 370 indígenas vem perdendo suas terras para canavieiros da Bunge, uma empresa multinacional que fornece açúcar para a Coca-Cola.

Ocorrem graves agressões aos territórios de indígenas isolados, como no Rio Javari, onde a PETROBRAS vem fazendo prospecções petrolíferas que agridem aldeias de índios sem contato.

Em diversos rios amazônicos constroem-se hidrelétricas que agridem povos indígenas, como em Belo Monte no Pará, sem que estes tenham a mínima oportunidade de reverter tais obras, apesar dos problemas irreversíveis que causarão às suas comunidades.

Morosidade e inércia do Ministério da Justiça, responsável pela questão indígena, causam conflitos graves aos Xakriabá em Minas Gerais, aos Kadiweu no Mato Grosso do Sul e aos Tupinambá da Bahia.

Enquanto isto circula no Congresso a Proposta de Emenda Parlamentar, a PEC



O índio geralmente está do lado certo. Cardozo, nem sempre

215, uma proposta anticonstitucional de interesse exclusivo dos agropecuaristas. A Comissão especial encarregada de leva-la ao Plenário do Congresso é constituída em 72% de ruralistas.

E não bastassem a portaria 303 e os projetos de Lei PL 1610 e PLP 227 que pesam como “espada de dâmocles” sobre os direitos indígenas e o uso exclusivo pelos indígenas de suas terras tradicionais, apareceu a minuta de portaria do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso que “estabelece instruções” para o procedimento de demarcação de terras indígenas, nos termos do Decreto 1775/96. O Decreto 1775/96 de Fernando Henrique Cardoso à época em que foi editado causou arrepios e revolta de indígenas e indigenistas. O que levou o Ministro do PT voltar a ameaçar os territórios indígenas com este instrumento famigerado que todos considerávamos pesadelo do passado?

E o assassinato de lideranças indígenas continua.

E assim avançam os conflitos e as ameaças, sobre o que resta de povos indígenas e dos seus territórios, povos que vivem o socialismo que o nosso PT acha que tem o direito e o dever de pregar.

Quando avaliamos a política de Estado do governo federal frente aos últimos acontecimentos da luta indígena, em especial, do Ministério da Justiça, encarregado de tornar efetiva a política indigenista oficial e não criar sua própria política indigenista, como o fizeram os ditadores militares, ficamos embasbacados. O PT se construiu como um partido socialista e ainda se afirma até hoje como tal. De onde vem de repente toda esta cegueira ideológica?

Temos um governo que tem desenvolvido junto aos estados a nível mundial e, particularmente latino-americano, uma liderança positiva, incontestada e nunca vis-

ta antes, tanto em atitudes como em uma prática em todos os níveis. Fez realmente avançar o socialismo na América Latina. Entretanto, quando se trata do seu relacionamento com os povos mais ameaçados do nosso país e de seus direitos imemoriais e que tem o dever de garantir e promover dentro de um país pluriétnico, está fracassando gravemente. Isto porque vem praticando sobre os territórios desses povos socialistas, um capitalismo pragmático com ameaças à sobrevivência física dessa gente, ameaça constante de desmantelamento dos seus territórios e até contra direitos já conquistados em lei. E é por isso que o presente e o futuro desses povos se encaminha por toda a parte na perspectiva de conflitos e mais conflitos. O que no momento está armado é uma verdadeira guerra contra suas pessoas, contra seus direitos conquistados em lei e contra os seus territórios ameaçados de serem integrados a um capitalismo voraz, destruidor e profundamente prejudicial a toda a humanidade.

A atitude de violência tomada pela Polícia Federal contra os Mundurucu e Kayabi do Rio Teles Pires em luta contra a construção de Hidrelétricas que vem ameaçando suas aldeias e território, como também a atitude ainda em curso contra os índios Tenharim e Djahui no Sul do Amazonas, surpreendeu a índios e indigenistas, porque não é essa a maneira de tratar os índios após a Constituição de 1988.

Lula foi sem dúvida um dos parlamentares mais sensíveis e atuantes em favor da causa indígena durante a Constituinte. Atitude que presenciei pessoalmente em reuniões com lideranças indígenas em Brasília durante a Constituinte. E em 1989 e 1994, respectivamente, acompanhei Lula em duas viagens importantes de reconhecimento da Amazônia em seus problemas e sonhos: Viagem a Hidrelétrica de Balbina e “Caravana das Águas” pelo Rio Amazonas.

No início da viagem à Balbina, ainda em Manaus, se não me engano, foi Ricardo Kotscho quem me conduziu a cadeira entre Lula e João Amazonas, para que lhes relatasse durante a viagem os efeitos de Balbina, sobre o território dos índios Waimiri-Atroari, sobre o meio-ambiente e sobre o erário público. Balbina foi concebida e construída pela ditadura militar no rio Uatumã-Amazonas, mas só concluída em 1989. Engoliu mais de um bilhão de dólares, dinheiro do contribuinte, para destruir 236 mil quilômetros quadrados

A humanidade um dia terá que abandonar esse caminho da política de Estado, montado sobre a mentira e sem diálogo com os povos originários, engolindo os territórios dos mais fracos para integrá-los forçosamente a uma economia falida ou “crematística” na expressão de Aristóteles

de floresta, alagar terras indígenas, afogar animais silvestres e provocar fome, sede (as fontes de abastecimento de água foram alagadas) e doença entre os ribeirinhos à jusante da obra. “Um monumento à insanidade humana.” – Na expressão do físico José Goldenberg.

Parecia evidente que Lula, como presidente, iniciaria uma nova história para os povos indígenas e se configurava uma atitude evidente de defesa e garantia dos seus direitos.

Mas para índios e indigenistas veio a decepção. O então militante do PT, médico, Rogelio Casado, autor de um filme crítico sobre Balbina, escreve esta semana em seu blog que em 1989, durante um comício em Manaus, entregou cópia do filme “para o operário que assumiria em 2003 a presidência da república, numa das maiores mobilizações de esperança do povo brasileiro. Mais tarde, o presidente da república faria uma surpreendente declaração ao qualificar os quilombos e os indígenas como um entrave para o desenvolvimento da Amazônia. Não apenas os compromissos assumidos com a causa indígena estavam sendo rasgados. Esvaia-se, também, a esperança dos povos da floresta. Silenciar sobre a desastrosa política energética brasileira é um crime de lesa-humanidade.”

E lá no Mato Grosso, na mansão do maior devastador do Cerrado Brasileiro e maior ameaça às terras indígenas de Mato Grosso, Blairo Maggi, Lula foi fazer uma declaração de amor aos capitalistas rurais mais radicais: Ontem vocês foram tratados de vilões, hoje, no meu governo, vocês são os heróis da pátria.

O autor da política indigenista mais agressiva contra os territórios indígenas, autor do Projeto de Lei 1610/96 sobre mineração em áreas indígenas, Romero Jucá, projeto em tramitação no Congresso e agora reforçado pela o PLP 227 e que expulsou das áreas indígenas os petistas que fustigavam a política indigenista durante a Ditadura Militar e após deram os primeiros passos para uma mudança da política

da Funai, virou o líder do Governo Lula no Senado.

Em verdade, o que se percebe claramente com relação à política na Amazônia, em todos os níveis é que há uma continuidade na utilização dos instrumentos de saque criados durante a Ditadura Militar: rodovias, que ignoram o povo da região ou pelo menos não objetivam o bem-estar das populações radicadas ali (“A terra sem homens para os homens sem terra”); hidrelétricas que visam acumular a energia da Amazônia para exportá-la para o Sul ou fornecê-la para multinacionais (77% de Tucuruí vai para duas empresas multinacionais); agronegócio depredador da terra e da biodiversidade; madeireiras e mineradoras que só praticam o saque; e continuidade à Zona Franca de Manaus, como instrumento de espoliação dos direitos e do patrimônio dos amazônidas, enquanto os fez abandonar, por ilusões, tudo o que possuíam no interior para transformá-los em peões de montadoras multinacionais.

Por outro lado, os povos indígenas brasileiros são hoje os maiores defensores de uma real mudança da política energética na Amazônia, de uma mudança da política econômica para a Amazônia e os depositários mais próximos que a humanidade tem para se inspirar sobre o rumo a seguir para sair desse beco-sem-saída em que se encontra o paradigma equivocado sobre o qual estruturou nos últimos dois milênios a política que conduz o planeta, único espaço disponível para um futuro feliz.

Acredito que a humanidade um dia terá que abandonar esse caminho da política de Estado, montado sobre a mentira e sem diálogo com os povos originários, engolindo os territórios dos mais fracos para integrá-los forçosamente a uma economia falida ou “crematística” na expressão de Aristóteles (citado por Marx, O Capital Volume 1 da 21ª. Edição 2003, nota da página 183). ★

*Egydio Schwade, da Casa da Cultura do Urubuí, Amazonas. Texto enviado para publicação no dia 4 de julho de 2014

Contribuição ao debate para IX Conferência Nacional da JAE

De 1º a 3 de agosto deste ano, a juventude da Articulação de Esquerda realiza, em Brasília, a sua IX Conferência Nacional. O texto-base para subsidiar o debate já foi lançado (íntegra disponível na www.pagina13.org.br). No documento, a juventude manifesta suas posições a respeito das jornadas de junho do ano passado; a participação dos jovens nas ruas, nas urnas e na luta por um Brasil democrático, popular e socialista; à reeleição da presidenta Dilma Rousseff e a construção e desafios futuros para a juventude petista (JPT) e a juventude da AE (JAE).

A JAE considera que embora a chegada do PT ao governo tenha melhorado as condições de vida do conjunto da classe trabalhadora e da população em geral, não veio acompanhada de mudanças cultural ou de valores na sociedade.

Em consequência, o texto reforça que “parcela significativa da população, em especial a fração da classe trabalhadora que ascendeu economicamente ao consumo, não identifica que essa ascensão se deu por ações do governo, mas unicamente em seus esforços individuais”.

Segundo o documento, este fator se agrava na juventude, tendo em vista que a grande maioria não viveu os trágicos anos de governos neoliberais. “Para esta parcela o PT é o único parâmetro, e com o seu rebaixamento político, tem crescido o sentimento de que também seja mais um partido tradicional”. O texto-base considera, ainda, que a relação entre juventude e rebeldia não é automática ou mecânica.

Um dos grandes desafios da esquerda brasileira, em especial, para o PT, segundo o documento, é saber aliar a luta das ruas com a das urnas e reeleger, em 2014, não somente Dilma presidenta da República, mas o projeto de poder, democrático e popular, da classe trabalhadora. “O que significa dizer que precisamos pautar, desde as eleições, um governo superior, que ouse impulsionar as reformas estruturais e intensificar a disputa de hegemonia, num viés democrático, popular e socialista, na sociedade”.

Outro desafio citado é disputar o método das campanhas, de modo a “fazê-las se pautar mais pela nitidez da disputa entre os projetos antagônicos de sociedade, do que pelos arranjos publicitários milionários, que ao tentar esconder, denunciam a sua ideo-



logia”. De acordo com o texto, a Constituinte exclusiva pela reforma política pode ser uma chave-mestra nesse cenário.

O texto salienta, também, que o País precisa de um governo mais comprometido com a o debate acerca das políticas específicas para a juventude. “Queremos colocar na ordem do dia uma reforma da segurança pública que desmilitarize as polícias e supere a doutrina da segurança nacional, sendo necessário alertar que a legislação nela inspirada segue vigente”, afirma a JAE.

A segurança pública também é abordada: “O extermínio da juventude negra das periferias é um tema político, impulsionado pelo paradigma da guerra às drogas, que na prática

se traduz numa guerra racista e classista, do estado burguês contra a periferia. A luta pela legalização das drogas, bem como a legalização do aborto, são questões primordiais para um país como o nosso”.

A juventude trabalhadora deve ser convocada, afirma o documento, para cumprir estas e outras tarefas como: cultura, educação, moradia, turismo, esportes, ciência e tecnologia, trabalho, transporte e meio-ambiente.

Sobre a construção da JPT, o documento cita que, embora com avanços no interior do PT, o partido não prioriza a construção da juventude e que há muito que se fazer.

Entre os principais avanços é apontada a aprovação das cotas para jovens nas instancias partidárias que garantiu a ocupação de 20% dos cargos obrigatoriamente por jovens.

Saldos positivos também são citados acerca das políticas públicas para a juventude e ganhos como a criação da Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal e aprovação do Estatuto da Juventude.

O documento cita, ainda, que a JPT deveria pautar com maior atitude política as lutas da juventude. “Para que tenhamos êxito nisto, a JPT precisa estar à esquerda do Partido”.

Uma das principais tarefas da JPT, segundo o documento, deve ser ampliar a sua presença nas lutas, com mobilização, formação política, debate ideológico e ação cultural e estar inserida nas mais diversas frentes: escolas, universidades, fabricas, bairros e nos mais distintos setoriais de atuação, como coletivos de jovens feministas, diversidade sexual, redes sociais, meio ambiente, cultural e estudantil. ★